

16 — Em situação de igualdade de classificação, serão observados os preceitos estipulados para o efeito nos n.ºs 1 e 3 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — Apresentação das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante o requerimento do modelo SAS/IPL-CR.06 que, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, será posto à disposição dos interessados pelos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa, durante o horário normal de expediente, na sede dos Serviços, bem como na Internet, em www.sas.ipl.pt.

17.1 — O requerimento poderá ser entregue em mão ou enviado pelo correio, sob registo com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 do presente aviso, para os Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa, Edifício P3, Campus de Benfica do Instituto Politécnico de Lisboa, 1500-146 Lisboa.

18 — O requerimento deverá ser, obrigatoriamente, acompanhado dos seguintes documentos, pela forma e nos termos que se indicam, sob pena de exclusão:

- a) Currículo profissional, detalhado, datado, assinado e com indicação obrigatória dos seguintes elementos, para além de outros julgados necessários para melhor esclarecimento do júri:

Identificação;
Habilitações académicas e profissionais;
Experiência profissional (com descrição das funções desempenhadas);

- b) Documento de identificação — juntar fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Documento comprovativo das habilitações literárias — juntar certidão emitida pelo respectivo estabelecimento de ensino;
- d) Documentos comprovativos das habilitações profissionais (acções de formação, especializações, seminários) — juntar declarações passadas pelas entidades promotoras das acções em causa, das quais constem a sua designação, a indicação das entidades que as promoveu, os períodos em que decorreram e a respectiva duração em horas;
- e) Declaração do serviço de origem, devidamente actualizada e autenticada, à data do presente concurso, da qual constem de maneira inequívoca a existência e a natureza do vínculo à função pública, da categoria detida e, ainda, da antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;
- f) Documento com especificação das tarefas inerentes ao posto de trabalho que ocupa — juntar declaração actualizada, à data do presente concurso do respectivo serviço ou organismo;
- g) Classificação de serviço e avaliação de desempenho nos anos relevantes para o concurso.

19 — A não apresentação dos documentos exigidos conforme o número anterior determina a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho.

20 — O júri pode solicitar aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam vir a reaver para a apreciação do seu mérito, de harmonia com o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

21 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

22 — Publicitação — as listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão publicitadas nos termos dos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

23 — Composição do júri — a composição do júri é a seguinte:

Presidente — Teresa Maria de Oliveira Cabeçudo Torres Martins, administradora do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa.
Vogais efectivos:

- 1.º Fernando Manuel Baptista Cardoso do Carmo, director de serviços do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa.
- 2.º Maria Filomena Gaspar Novo, chefe de divisão dos Benefícios Sociais do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa.

Vogais suplentes:

- 1.º Natércia Mariana Dias Monteiro Lopes Monteiro, técnica superior principal de serviço social do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa.
- 2.º Ana Maria Lafreiro Vidinha Teixeira, técnica superior de serviço social de 1.ª classe do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Lisboa.

24 — O presidente do júri será substituído nas suas ausências e impedimentos pelo 1.º vogal efectivo.

17 de Abril de 2006. — A Administradora para a Acção Social, *Teresa Maria de Oliveira Cabeçudo Torres Martins*.

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Despacho (extracto) n.º 10 581/2006 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Abril de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, foi autorizado o regresso de licença sem vencimento de longa duração ao assistente do quadro transitório do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa do mestre João Fernando Vigia Pombinha. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2006. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Amélia Pacheco Nunes de Almeida*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Despacho n.º 10 582/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Setúbal, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 6/95, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 29, de 3 de Fevereiro de 1995, conjugado com o artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, designo o Prof. Doutor Francisco José Alegria Carreira, vice-presidente deste Instituto Politécnico, para me substituir durante a minha ausência no período de 26 a 30 de Abril de 2006.

21 de Abril de 2006. — O Presidente, *Armando Pires*.

CENTRO HOSPITALAR DO BARLAVENTO ALGARVIO, E. P. E.

Aviso n.º 5607/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., de 19 de Abril de 2006:

Cristina Maria Marques Duarte Músico — nomeada, precedendo o concurso n.º 08/05, interno de acesso limitado para provimento de um lugar na categoria de técnico especialista de 1.ª classe da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal do Hospital do Barlavento Algarvio, aprovado pela portaria n.º 373/2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 1 de Abril de 2003, escalão 1, índice 195. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2006. — A Vogal do Conselho de Administração, *Maria Conceição Saúde*.

Aviso n.º 5608/2006 (2.ª série). — Na sequência de deliberação do conselho de administração de 19 de Abril de 2006 do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., foi autorizada licença sem vencimento, por 90 dias, ao abrigo do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, a Celso Filipe de Gouveia Cabral Silva, técnico principal de fisioterapia do quadro de pessoal do Hospital do Barlavento Algarvio, com efeitos a 2 de Maio de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2006. — A Vogal do Conselho de Administração, *Maria Conceição Saúde*.

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E. P. E.

Aviso n.º 5609/2006 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração deste Hospital de 5 de Abril de 2006:

Flora da Conceição Mendonça Vidal Meireles — nomeada definitivamente, precedendo concurso, assessora superior (ramo de laboratório) da carreira técnica superior de saúde do quadro de pessoal deste Hospital, posicionada no escalão 1, índice 195, e com o regime de horário de trinta e cinco horas semanais, com efeitos à data de publicação deste aviso, ficando exonerada das anteriores funções. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

10 de Abril de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *João Nabais*.